



O papel dos tiranicidas na constituição da identidade democrática em Atenas

Autor(es): Condilo, Camila da Silva

Publicado por: Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/35713>

Accessed : 24-Aug-2022 15:23:27

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



CLASSICA



v. 20

n. 1

2007

O papel dos tiranicidas na constituição da identidade democrática em Atenas

CAMILA DA SILVA CONDILO
Universidade de São Paulo
Brasil

RESUMO. Este artigo visa explorar o problema da formação de identidades políticas à luz da relação com a vida política da Atenas Clássica. Para tanto, foi estudada a tradição oral sobre os tiranicidas atenienses registrada nos textos de Heródoto, Tucídides e Aristóteles.

PALAVRAS-CHAVE. Política; identidades; tradição oral; tiranicidas; Atenas.

Até a II Guerra Mundial, as discussões sobre identidades estavam ancoradas, de uma forma geral, em teorias derivadas do romantismo — em virtude da idealização do passado da nação —, racismo — por meio da valorização de determinadas características corporais comuns de um povo —, evolucionismo e positivismo — justificando o estado de ‘desenvolvimento’ ou ‘superioridade’ de determinado povo em relação a outros povos. Entretanto, as ressurgências dos conflitos étnicos por volta da década de 1960 — Balcãs, entre outros —, bem como as decorrências do processo de globalização — tais como o mercado de consumo, os meios de comunicação em massa etc. —¹, levaram a discussão sobre *identidades* a ocupar lugar privilegiado no âmbito das ciências humanas e sociais, mas em uma perspectiva diferente de sua base original.

A tendência contemporânea é a negação de qualquer tipo de ontologização / essencialismo no que diz respeito à questão da identidade dos gru-

Email: k.condilo@gmail.com

Membro do LEIR, Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano. Artigo derivado de pesquisa para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (2008), sob orientação do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello e com apoio da FAPESP.

¹ Ver JONATHAN M. HALL, *Ethnic identity in Greek antiquity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p.1-16 e IRAD MALKIN (ed.), *Ancient Perceptions of Greek ethnicity*, Washington, Center for Hellenic Studies / Trustees for Harvard University, 2001, p.1-28.

pos sociais; além do que, língua e cultura provaram não serem elementos suficientes nos processos de formação das identidades, o que não significa serem fatores negligenciáveis, desempenhando importante papel no processo contínuo de ‘auto-imaginação’ das comunidades, segundo Jens Schneider.²

Atualmente, as palavras-chave desta discussão são ‘construção’ e ‘invenção’. Na medida em que a identidade passou a ser vista como algo construído através do discurso falado e escrito, podemos, portanto, ressaltar com Barth que “a análise das identidades e seus princípios básicos de estruturação deve voltar-se antes para as *condições e processos* políticos e históricos da formação em si, do que para seu ‘conteúdo cultural’, qualquer que seja”.³

Reforçando este ponto, Neyde Theml⁴ argumenta que, na medida em que pertencer ou não a um grupo ou a uma sociedade é uma construção cultural e social cujo significado e forma variam no tempo e no espaço, torna-se imprescindível observar e analisar as diversas interpenetrações, a intensa circulação e as apropriações culturais, para a compreensão das estratégias implementadas na construção de identidades e alteridades.⁵

Com essas questões em mente, realizei um estudo sobre o episódio dos tiranicidas atenienses. O objetivo foi entender em que medida este evento poderia lançar luzes ao problema da construção de uma identidade política democrática em Atenas, bem como também perceber a maneira pela qual essas figuras influenciavam as negociações políticas entre os diversos grupos daquela sociedade.

A libertação de Atenas dos tiranos era uma das histórias mais importantes da tradição democrática da *pólis* ateniense. Os tiranicidas, Harmódio e Aristogiton, mataram Hiparco, irmão de Hípias (o sucessor de Pisístrato no poder), em 514 a.C., quatro anos antes do fim da tirania em Atenas. O estabelecimento da democracia propriamente ocorreu por volta de 508/7 a.C. com Clístenes, da família dos alcmeônidas. Eles receberam estátuas e um culto oficial glorificando seu feito corajoso. No entanto, a trama tecida por Harmódio e Aristogiton para o fim da tirania era, antes de conspiração com finalidade política, de uma querela amorosa. Dentre os vários eventos que compõem esta narrativa, se coloca a questão do porquê foram justamente Harmódio e Aristogiton os agraciados com todas as honrarias desse mo-

² JENS SCHNEIDER, *Discursos simbólicos e símbolos discursivos: Considerações sobre a etnografia da identidade nacional*, Mana 10.1, 97-129, 2004, p. 99.

³ Apud SCHNEIDER, 2004, p. 98 (grifo do autor).

⁴ Este “*admirável mundo novo*”, Phoínix 7, 11-20, 2001.

⁵ Aqui é importante notar que a identidade de qualquer grupo social não se reduz à bipolaridade eu / outro absolutos. Dessa forma, as identidades coletivas na Grécia também tinham várias formas de se manifestar (genealógica, política, civil, étnica, federativa, colonial, intra-helênica, pan-helênica, etc.). Ver MALKIN, 2001, p. 3.

mento tão importante da história de Atenas, enquanto outras personagens, muitas vezes com ações mais efetivas neste sentido, acabaram por não ter sua contribuição reconhecida da mesma forma.

São três os documentos que registram o fato: as *Histórias* de Heródoto (documento do século V a.C.), a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (fonte de fins do século V e início do IV a.C.), e a *Constituição de Atenas* de Aristóteles (século IV a.C.). Começemos pelo primeiro registro, Heródoto.

O relato de Heródoto sobre os tiranicidas encontra-se no livro VI das *Histórias*, e tem início no capítulo 55, quando Aristágoras vem em busca de ajuda para os jônios em sua revolta contra o rei persa, Dario. Após ter a ajuda negada por parte dos espartanos, Aristágoras busca o apoio da segunda maior potência da Grécia na época, Atenas, momento no qual Heródoto começa a retratar a situação da cidade naquele período, iniciando com a maneira pela qual os atenienses haviam se libertado de seus tiranos. A narrativa segue até o capítulo 66, quando o autor passa a tratar das reformas estabelecidas por Clístenes, esta seguindo até o capítulo 78 do mesmo livro.

Inicialmente o autor se detém no presságio de Hiparco sobre sua própria morte através de um sonho e numa longa exposição sobre a origem dos tiranicidas (indo, só nesse ponto, do capítulo 57 ao 61). É no capítulo 62 que ele começa a narrativa do evento propriamente dito. Hípias exercia a tirania e estava irritado com os atenienses por causa da morte de Hiparco. Os alcmeônidas, exilados na época dos pisistrátidas, já haviam tentado entrar em conluio com outros atenienses exilados para retornar à Atenas, mas não lograram êxito. Recorrendo a tudo contra os pisistrátidas, eles então se puseram a serviço de Delfos para terminar a construção do templo, que até aquela época ainda não existia.

Menciona Heródoto que, segundo se contava em Atenas, os alcmeônidas, instalados em Delfos, subornaram a sacerdotisa pítia para que em todas as vezes que os espartanos viessem consultar o oráculo, fosse em caráter privado ou em missão oficial, ela os exortasse a libertar Atenas. Em virtude da exortação sempre reiterada, eles então enviaram um exército para Atenas com a missão de expulsar os pisistrátidas, mesmo sendo estreitamente ligados a eles por laços de hospitalidade, haja vista que eles colocavam os deveres para com os deuses acima dos deveres para com os homens.

Os espartanos enviaram forças por mar mas, quando de seu desembarque, os pisistrátidas já haviam sido informados antecipadamente do ataque e pediram ajuda aos tessálios, com os quais haviam concluído uma aliança. Recebendo os reforços de cavalaria, organizaram uma estratégia e atacaram o acampamento inimigo, vencendo-os. Depois disto, os espartanos organizaram outra expedição, mais forte, seguindo desta vez por terra. Quando en-

traram em território ático derrotaram a cavalaria tessália e o rei Cleomenes, que liderava a expedição, entrou na cidade com a colaboração dos atenienses que desejavam libertar-se e cercou os tiranos em um recinto fortificado.

Os espartanos não teriam conseguido de modo algum destituir os pisisstrátidas, pois não consideravam a hipótese de ter de sitiá-los e pelo fato mesmo deles estarem bem providos de mantimentos e de bebida. Mas por um acaso do destino, seus filhos foram capturados quando estavam sendo levados para um lugar mais seguro, o que fez com que eles se rendessem e tivessem prazo de cinco dias para sair do território, depois de terem governado a cidade por muitos anos.

Na narrativa herodotiana, o espaço dedicado às personagens de Harmódio e Aristogiton é bastante reduzido, tendo sido roubada a cena pela ação dos almeônidas. Em virtude disto, muitos autores consideram que Heródoto privilegia a família dos almeônidas por ter sido ela grande prestadora de serviços à causa democrática, de forma que supõe-se que muito do que se encontra em sua narrativa tenha vindo de fonte almeônida. Trabalhos mais recentes, como o de Rosalind Thomas⁶ e o de Sara Forsdyke⁷, no entanto, questionam esta idéia, advogando a causa de que as fontes de Heródoto eram precipuamente populares.

Independentemente da origem das informações e mesmo da simpatia do autor de Halicarnasso pela ilustre família ateniense, o fato é que, a despeito do papel um tanto ofuscado de Harmódio e Aristogiton em sua narrativa da libertação de Atenas, são eles, os tiranicidas, os argumentos mais persuasivos para inflamar o sentimento ‘patriótico’ ateniense (Hdt. 6.109, grifo meu)⁸:

Os estrategos atenienses estavam com as opiniões divididas. Uns, alegando o número pequeno de seus soldados frente ao exército dos medos, não queriam que se travasse uma batalha; outros, dentre os quais estava Miltiades, empenhavam-se em fazê-lo. Eles estavam divididos e a opinião menos boa estava prestes a prevalecer, mas havia um décimo primeiro com direito a voto, o polemenco, escolhido mediante sorteio entre os atenienses (pois nos tempos antigos, os atenienses atribuíam ao polemenco um direito de voto igual ao dos estrategos), que era então Calímaco de Afidna. Nesse momento, Miltiades foi ao seu encontro e lhe disse: “*Depende de ti agora, Calímaco, tornar Atenas escrava ou então assegurar sua liberdade e deixar de si, para todo o tempo em que houver homens, uma lembrança tamanha que não deixaram nem mesmo Harmódio e Aris-*

⁶ *Oral tradition and written record in classical Athens*, Cambridge and New York, Cambridge University Press, 1990.

⁷ *Athenian democratic ideology and Herodotus’ Histories*, *AJPh* 122, 329-58, 2001.

⁸ Edição consultada: PHILIPPE E. LEGRAND, *Heródote. Histoires*, 9 v., Paris, Les Belles Lettres, 1955-1989. As traduções, com algumas alterações, foram feitas pela autora.

togiton. Os atenienses correm hoje o maior perigo que jamais correram desde o nascimento de Atenas. Se eles se submeterem aos medos, já está decidido o que deverão sofrer quando entregues a Hípias; se, ao contrário, essa cidade triunfa, ela pode se tornar a primeira entre as cidades gregas. Vou explicar agora como isso pode se realizar, e como é precisamente a ti que cabe, nesta circunstância, a decisão soberana” [...].

Já o relato tucidideano sobre os tiranicidas inicia-se no final do capítulo 53 do livro VI, logo após comentar a situação da investigação do crime de profanação dos mistérios eleusinos e da mutilação das Hermas, no qual Alcibiades e alguns outros soldados eram acusados de estarem envolvidos. Declara Tucídides (Th. 6.53):

Realmente, o povo, conhecendo por tradição que a tirania de Pisístrato e de seus filhos se havia tornado insuportável em seu período final e, além disto, que ela não fora derrubada pelo povo nem por Harmódios, mas sim pelos lacedemônios, vivia sob constante temor de novas tentativas de aspirantes a tiranos e suspeitava de tudo.

A partir daí, o autor começa a discorrer sobre o corajoso feito de Harmódio e Aristogiton que, segundo ele, resultou de uma disputa amorosa. O tirano Pisístrato, quando de sua morte já em idade avançada, tinha sido sucedido por Hípias na qualidade de filho mais velho e não por Hiparco, como muitos supunham. Hiparco tentou seduzir sem êxito Harmódio, no auge de sua beleza juvenil, que tinha como amante Aristogiton. Harmódio denunciou Hiparco a Aristogiton, que ficou receoso de que Hiparco, pelo poder que tinha, lhe tomasse Harmódio à força, tramando imediatamente a extinção da tirania, usando do prestígio de que desfrutava. Ao mesmo tempo, após uma segunda investida fracassada, Hiparco elaborou um plano para humilhar Harmódio de forma a não deixar transparecer que ele agia por causa de sua recusa.

Em seguida, Tucídides faz uma digressão ressaltando a amenidade da administração pisistrátida em Atenas até o ocorrido e estabelece uma discussão apontando as evidências que provam ser Hípias e não Hiparco o tirano de Atenas na época, afirmando que “Hiparcos, todavia, por haver sido a vítima, tendo-se tornado famoso por seu caso passional, ganhou a reputação de ter sido tirano” (Th. 6.55)⁹. A partir de então o relato da história é retomado.

Afirma Tucídides que Hiparco conseguiu realizar o que pretendia, pois após convidar a irmã de Harmódio para ser portadora de cesto em uma procissão, expulsou-a sob o argumento de que sua presença não havia sido

⁹ Texto consultado: MÁRIO DA GAMA KURY, *Tucidides. História da Guerra do Peloponeso*, Brasília, UnB, 1999.

sequer cogitada, pois ela não merecia¹⁰. Perante a indignação de Harmódio, Aristogiton ficou ainda mais exasperado por causa dele, estando tudo já combinado para a execução do plano. Esperavam, no entanto, a festa das Panatenéias¹¹ para não despertarem suspeitas, pois naqueles dias os cidadãos podiam portar armas na procissão. Eles iniciariam o ataque e outros companheiros deveriam acompanhá-los, sendo o número dos conspiradores reduzido por motivo de segurança, pois acreditavam que assim que iniciassem o ato, outros se sentiriam estimulados para engajar-se nele, colaborando para a própria libertação. No dia do festival, com tudo pronto para a execução do plano, Harmódio e Aristogiton viram um de seus cúmplices conversando familiarmente com Hípias, que se mostrava acessível a todos. Pensando terem sido denunciados e (Th. 6.57)

desejando primeiro vingar-se, se pudessem, daquele que os humilhara e os levara assim a correr todos os riscos, avançaram como estavam para dentro das portas da cidade e se lançaram contra Híparcos no local chamado Leocórion. Caindo sobre ele com uma fúria cega, um, cheio de ódio por ciúmes, e o outro pela humilhação, golpearam-no e o mataram. Aristógiton livrou-se dos guardas por alguns momentos, correndo junto com a multidão, mas depois foi alcançado e tratado de maneira violenta, mas Harmódios foi morto no próprio local.

Quando Hípias teve conhecimento do ocorrido, se dirigiu imediatamente não ao local do acontecimento, mas ao lugar onde estavam os hoplitas na procissão, antes que eles tomassem conhecimento dos fatos. Tentando não deixar transparecer seus sentimentos a respeito da tragédia, ordenou que todos os hoplitas fossem sem suas armas num ponto indicado por ele, e foi obedecido porque eles pensavam que Hípias tinha algo a lhes dizer. Então, o tirano deu ordens a seus mercenários para que eles empunhassem as armas dos hoplitas e isolou todos os que julgava culpados, pois o habitual não era marchar com punhais nas procissões, mas apenas com lança e escudo. A partir de então, Hípias enrijeceu seu poder e voltou os olhos para o exterior no intuito de conseguir uma aliança que lhe servisse como um refúgio seguro em caso de revolta. Depois disto, ele governaria por mais quatro anos, sendo deposto pela ação dos espartanos e dos atenienses exilados.

Esse é o relato tucidideano sobre os tiranicidas. A partir dele é possível perceber que, enquanto Heródoto privilegiou o papel dos alcmeônidas na

¹⁰ ‘O encargo de levar nas festas religiosas cestos contendo apetrechos para as cerimônias era uma grande distinção; conseqüentemente, a rejeição da jovem importava em grave insulto à sua família’ (KURY, 1999, p. 388, nota 34).

¹¹ Festividade em honra da deusa Atena, divindade protetora da cidade de Atenas.

libertação de Atenas, a presença deles em Tucídides se reduz a uma breve menção. Por sua vez, Tucídides nos fornece uma descrição mais minuciosa da participação dos tiranicidas no ocorrido, aspecto esse ausente no relato herodotiano que, aliás, nem menciona a questão da afronta sofrida por Harmódio, ponto de partida de todo o processo de libertação.

Resta-nos ainda uma outra versão do ocorrido. O texto de Aristóteles sobre os tiranicidas inicia-se no capítulo XVII e segue até o capítulo XIX da sua *Constituição de Atenas*. Segundo ele, com a morte de Pisístrato, seus filhos assumiram o poder. Eram dois os filhos de sua esposa (Hípias e Hiparco) e mais outros dois de uma argiva (Iofonte e Hegesístrato, apelidado de Tessálio), mas foram Hiparco e Hípias que assenhoraram-se dos negócios da cidade por causa de sua reputação e idade, sendo que Hípias estava à frente do governo por ser o mais velho e por seus dons naturais de estadista.

Tessálio, o mais novo, de comportamento impetuoso e arrogante, foi o responsável pelos infortúnios que atingiram os pisistrátidas. Ele se apaixonou por Harmódio e, fracassando em todas as suas investidas, não conteve a raiva e passou a demonstrá-la ferozmente em todas as ocasiões, proibindo, por fim, que a irmã de Harmódio participasse como portadora de cesto na procissão sob a alegação de que ele (Harmódio) era efeminado. Furioso com o ocorrido, Harmódio, juntamente com Aristogiton, elaborou um plano.¹²

Quando se iniciou a Festa das Panatenéias, eles ficaram a espreitar Hípias e, ao perceberem um dos conjurados a conversar amigavelmente com ele, imaginaram terem sido denunciados e se anteciparam em fazer algo antes de serem presos, matando Hiparco e arruinando toda a trama. Harmódio foi morto de imediato e Aristogiton foi preso um pouco depois e submetido, por muito tempo, a torturas. Entrementes, delatou muitos, pessoas ilustres por nascimento e amigas dos tiranos. Ao fazer isto, conforme diziam os populares, ele visava que os pisistrátidas incorressem em sacrilégio e ao mesmo tempo se enfraquecessem por matar pessoas inocentes e amigas. Outros testemunhos, comenta Aristóteles, dizem que ele nada forjou, apenas revelou os cúmplices ([*Ath. Pol.*] 18.6)¹³:

¹² A relação homossexual nesse período tem um caráter pedagógico, no qual o jovem (*erômenos*) era educado por um cidadão mais experiente (*erastês*), sendo ele responsável por sua formação para ingressar na vida adulta e por sua inclusão social. O ‘amor entre iguais’ era como um espelho no qual o jovem se mirava no exemplo de um homem mais velho, no intuito de desenvolver plenamente sua virilidade, de maneira que o homem que não se comportasse dentro dos padrões estabelecidos era muito mal visto pela sociedade, daí a gravidade do insulto contra Harmódio.

¹³ Edição consultada: FRANCISCO MURARI PIRES, *Aristóteles. A Constituição de Atenas*, São Paulo, Hucitec, 1995.

Por fim, não conseguindo que o matassem com tais atitudes, comprometeu-se a revelar muitos outros, e assim persuadiu Hípias a dar-lhe a mão direita como sinal de confiança; apertando-a, disse-lhe sarcasticamente estar dando a mão direita ao assassino de seu irmão, e tanto enfureceu Hípias que ele não conteve a cólera e, tomando da espada, matou-o.

Isso fez com que a tirania se tornasse bem mais severa, pois Hípias era desconfiado e atroz para com todos. Por volta de quatro anos depois da morte de Hiparco, Hípias foi expulso por Cleomenes, rei dos espartanos, em virtude dos insistentes oráculos emitidos para que eles acabassem com a tirania, pois os exilados, liderados pelos alcmeônidas, não conseguiam retornar por si mesmos a Atenas, fracassando sempre. Os alcmeônidas empreenderam a construção do templo de Delfos. A sacerdotisa, incitada por eles, emitia sempre o mesmo oráculo, e conseguiu convencer os espartanos a empreenderem a ação, apesar deles manterem laços de hospitalidade com os pisistrátidas. Dessa forma, os espartanos primeiro enviaram um exército por mar, sendo ele derrotado devido ao apoio dos tessálios aos tiranos. Enfurecidos, posteriormente enviaram Cleomenes por terra com tropas superiores, derrotando os cavaleiros tessálios e acossando Hípias no denominado muro Pelárgico, sitiando-o com o auxílio dos atenienses. Durante o cerco, os filhos dos Pisistrátidas foram capturados em uma escapada, o que os levou a concluir um acordo, de forma que tiveram que sair da cidade em cinco dias, depois do governo de vários anos de sua família.

É possível perceber que o relato aristotélico sobre o episódio dos tiranicidas contém alguns pontos que divergem da forma como os outros autores dispõem a história. O primeiro deles é a existência de quatro filhos de Pisístrato; a declaração de que Hípias e Hiparco assumiram juntos a administração da cidade; e o fato mesmo de que o entreviro amoroso é desencadeado por Tessálio e não por Hiparco, além de alguns outros detalhes.

No que diz respeito à ênfase dada pelos autores nas versões do episódio, Heródoto conta a história dos tiranicidas mas valoriza a ação alcmeônida e, num plano menor, o papel de Esparta. A esse propósito, Rosalind Thomas¹⁴ argumenta que a família dos alcmeônidas não foi agraciada com as honras pela libertação de Atenas pelo fato de ter, para isso, subornado a sacerdotisa do templo de Delfos, o que fazia da ação algo pouco digno de ser preservado na memória. A maldição que pesava sobre a família por causa do assassinato de suplicantes da deusa, a propósito da primeira tentativa do estabelecimento da tirania em Atenas antes de Pisístrato, por Cílon, também seria algo com

¹⁴ Ver nota 6.

peso negativo registrado na memória, segundo a autora¹⁵. Some-se aqui a política ambígua da família em relação aos tiranos, o que possivelmente teria originado os comentários de que eles estariam combinados com Hípias, que tentava reinstalar a tirania em Atenas com apoio persa, por ocasião da batalha de Maratona, como mencionou Heródoto (6.123, grifo meu):

Os Alcmeônidas, assim como Calias e não menos que ele, odiavam os tiranos. Estranho, então, e rejeito essa calúnia, que esses homens tenham feito um sinal levantando um escudo, eles que, durante todo o tempo em que reinaram os tiranos, viveram no exílio e que, por suas maquinações, forçaram os Pístrátidas a deixar o poder. Assim, foram eles, em minha opinião, os libertadores de Atenas, muito mais do que Harmódio e Aristogiton. Esses dois apenas exasperaram os Pístrátidas sobreviventes por causa do assassinato de Hiparco, sem fazer nada além disso para pôr fim à tirania. Os alcmeônidas, ao contrário, fizeram claramente o trabalho de libertadores, se foram realmente eles que persuadiram a Pítia a recomendar aos lacedemônios a libertação de Atenas, como expus anteriormente.

Sobre esse ponto comentou Francisco Murari Pires¹⁶:

as histórias dos alcmeônidas os mostram chegados aos tiranos, não só pelas alternâncias de suas associações e dissociações com os Pístrátidas, consoante às vicissitudes das disputas pelo poder entre as casas aristocráticas atenienses, como também pelas relações por eles mantidas com os tradicionais centros de apoio aos tiranos no mundo grego do século VI: a realeza lídia e o oráculo de Delfos.

Já Tucídides menciona ambos, o fator Esparta e o fator alcmeônida, mas detém-se mais em Harmódio e Aristogiton. Aristóteles, por sua vez, partilha sua atenção com ambas as versões. Alguns elementos poderiam explicar a motivação dos autores em adotar tal ou qual ênfase. Poder-se-ia supor, no caso de Tucídides, que ele não privilegia a atuação dos alcmeônidas devido

¹⁵ A *asylía* era um recurso no qual as pessoas pediam proteção divina. Elas se dirigiam aos santuários e se colocavam como suplicantes da deusa, de forma que este ritual as tornavam invioláveis, motivo pelo qual os alcmeônidas e algumas outras famílias se tornaram amaldiçoados por terem violado este código. O problema da maldição que pesava sobre eles será utilizado ainda como argumento para as disputas de poder entre Clístenes e Iságoras após o fim da tirania pístrátida em Atenas. O rei espartano Cleomenes, aliado de Iságoras nessa disputa, reivindicará que os chamados ‘malditos’ deixem Atenas, com o intuito de lá instaurar Iságoras como tirano. É nesse momento que Clístenes se torna líder do povo e instaura a democracia. A respeito do episódio do assassinio dos suplicantes da deusa ver Hdt. 5.70-1, Th. 1.126 e Arist. [*Ath. Pol.*] 20.

¹⁶ 1995, p. 193, nota 2. Ver Hdt. 1.60-1 e 6.125.

a uma atmosfera democrática e, portanto, de ‘igualdade’ entre as pessoas, o que implica não privilegiar mesmo famílias ilustres — na prática política era essa a função do ostracismo, por exemplo —, e que Heródoto teria assim feito por ter vivenciado o momento inicial de afirmação e desenvolvimento desse novo ideal político. Poder-se-ia ainda dizer que Aristóteles privilegia as duas versões por causa da maior quantidade de informações e por ter mais facilidade de acesso a elas do que os dois outros autores. Mas esses argumentos são apenas suposições. Não coloco em questão aqui seu valor ou fundamento, pois isso tornaria necessária uma análise mais profunda dessa problemática nas obras de cada autor específico, o que foge ao meu propósito. Minha preocupação não é entender a particularidade do papel exercido por essa narrativa na obra de cada autor, mas angariar elementos que sirvam como subsídios para a compreensão de seu significado em uma perspectiva de conjunto, de processo. Nesse sentido, penso que o fator oral, característica marcante da sociedade grega antiga, talvez ofereça uma resposta mais satisfatória para a diversidade de informações e para ênfase dada pelos autores.

A oralidade foi o principal instrumento de comunicação do mundo grego e, basicamente, o único modo possível de realização dos textos. A palavra *poética*, vocalmente transmitida, ritualizada e (re)escutada, favoreceu a migração de mitos, de temas narrativos, de formas de linguagem, de estilos, afetando as sensibilidades e as capacidades inventivas das populações que a escutava.

Segundo J. Vansina¹⁷, o princípio mais importante desse processo de transmissão das narrativas, chamado de tradição oral, é o fato delas exercerem uma função na sociedade, entendendo-se por função o significado dessas narrativas para os grupos sociais. Segundo o autor, esse significado abarca três planos:

- 1) justificação das condições existentes (sociais, políticas etc.);
- 2) articulação de uma identidade de grupo;
- 3) apresentação de um modelo ideal da forma como a sociedade deveria funcionar – sendo que estes aspectos estão imbricados um no outro.

Além disso, ele observa que a narrativa é significativa para o grupo em que é contada por ter sido adaptada consoante mudanças históricas e sociais. Nesse processo de adaptação, a história não perde as feições de origem, pois não ocorrem supressões no relato, apenas adições, de maneira que as variantes mais antigas permanecem, e fica(m) indício(s) do que foi suprimido quando ocorre a supressão de alguma parte da narrativa.

¹⁷ *Oral tradition as history*, Madison (Wis), University of Wisconsin Press, 1985.

Na definição original do autor, tradição oral era “todos os testemunhos verbais que sejam declarações referentes ao passado”. Em uma reformulação do conceito, em 1985, no entanto, Vansina passou a enfatizar a questão da transmissão como elemento fundamental para a compreensão das tradições orais, de forma que elas não mais se caracterizavam por serem relatos sobre o passado *apenas*, mas se constituíam essencialmente por serem testemunhos transmitidos oralmente por gerações.¹⁸

Rosalind Thomas¹⁹ tem um contributo importante no sentido de melhor elucidar o conceito. Ela coloca a seguinte questão: em qual estágio as reminiscências do passado (muitas vezes de caráter pessoal) se transformam em uma espécie de propriedade comum da sociedade ou, mais precisamente, em tradição oral?

Antes de pensar em um processo evolutivo que conduz as memórias pessoais ao estatuto de memória coletiva, talvez fosse situar um pouco melhor a questão e pensar esses dois aspectos de forma orgânica, de interação e de conformação um com o outro. Nesse processo as reminiscências pessoais não são passadas adiante sem serem alteradas em maior ou menor proporção, de acordo com as intenções dos narradores ao contarem suas histórias. Nesse processo de (re)contar, as lembranças podem ser improvisadas, gradualmente construídas e conta muitas vezes com elementos externos, de acordo também com as expectativas ou os interesses dos ouvintes. Se for o caso, e havendo interesse de que a história não seja esquecida, ela é transmitida à geração seguinte, continuando e intensificando esse processo de transmissão.

Assim, as questões postas pelo processo de transmissão dessas narrativas justifica, em grande medida, a forma como os autores abordam a história dos tiranícidas em seus textos e também as diferenças entre as versões. Mas, além disso, abre caminho para a compreensão da constituição de identidades dentro da perspectiva de ‘construção’ e ‘invenção’ mencionada anteriormente.

Schneider²⁰ observa que, uma vez que a nação articula sentimentos de ‘comunhão’ entre seus membros, tal articulação deve estar intimamente associada à *mediação* ou *transmissão* de ‘narrativas-mestras’ da nação aos seus membros. Nesse sentido, o discurso nacional não se reduz a uma *expressão* desses sentimentos, mas também configura um mecanismo que *cria* a nação enquanto comunidade. Ressalvada a questão de que o autor trabalha

¹⁸ Isso porque há uma diferença entre tradição oral e transmissão oral. Segundo PAUL ZUMTHOR (*A letra e a voz: a literatura medieval*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 17), a primeira se situa na duração; a segunda, no presente da *performance*.

¹⁹ Ver nota 6.

²⁰ Nota 2.

com a constituição de identidades políticas de nações e que esse termo é um tanto problemático para se pensar a experiência sociopolítica da Grécia Antiga, situação semelhante se coloca no caso grego, como já o demonstrou Norma Thompson no seu estudo sobre Heródoto²¹. Apontou a autora que a construção da identidade política dos diversos grupos sociais ocorre a partir das histórias que as comunidades contam sobre si próprias. Esses discursos, definidos como sistemas formativos, interagem com um contexto mais amplo. Isto faz com que eles não sejam, segundo Schneider²²,

analisados como expressões culturais singulares, mas como *referências* para determinadas condições sociais, culturais, e discursivas mais abrangentes, em cujo âmbito esses textos são produzidos. Certamente, isto é válido também, quiçá mais ainda, no caso de enunciados orais e conversações, tomados enquanto práticas discursivas (e diferenciais) cotidianas.

Mas a questão é que essas representações discursivas *não são e não precisam ser* necessariamente coerentes com as práticas sociais. Demonstrou Schneider²³ que, discorrendo sobre as relações sociais, os falantes tendem a reproduzir a armadura discursiva geral apenas porque isto é um imperativo comunicacional, de maneira que, muitas vezes, as construções discursivas obtêm sua força e prevalência justamente por causa desta possibilidade de estarem *desconectadas* de determinadas práticas e circunstâncias sociais.

Ora, a despeito do culto oficial e das honras dedicadas a Harmódio e Aristogiton em Atenas, nenhum dos autores acreditava que foram eles de fato os que libertaram essa *pólis* dos seus tiranos²⁴, mas nem por isso eles deixavam de ser um dos principais símbolos estruturantes dessa identidade política ateniense (ver Hdt. 6.109). Veja-se o seguinte juramento realizado por cidadãos atenienses²⁵:

Farei morrer, pela palavra, pela ação, pelo voto e pela minha mão, se puder, aquele que derrubar a democracia ateniense ou, uma vez derrubado o regime, em seguida exercer uma magistratura, ou aquele que se levantar para apossar-se da tirania ou venha ajudar o tirano a se estabelecer. E se

²¹ *Herodotus and origins of the political community*, New Haven, Yale University Press, 1996.

²² 2004, p.101. Grifo do autor.

²³ Idem.

²⁴ Cf. Heródoto (6.123) e Tucídides (6.1.53). “Com o domínio da situação pelo povo, Clístenes tornou-se o chefe e o líder do povo. Pois os almeônidas tinham justamente sido os principais responsáveis pela expulsão dos tiranos, mantendo-se em dissensão por longo tempo” (Arist. [*Ath. Pol.*] 20.4).

²⁵ *Apud* PIERRE VIDAL-NAQUET, *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 258, nota 102. Grifo meu.

for um outro que o mate, eu o considerarei puro diante dos deuses e das potências divinas, como se tivesse matado um inimigo público. Mandarei vender todos os seus bens e darei metade ao assassino sem frustrá-lo em nada. *E se um cidadão morrer matando um desses traidores, ou tentando matá-lo, eu lhe serei reconhecido assim como aos seus filhos, como se fez com Harmódio e Aristogiton e à sua posteridade.* E todos os juramentos que foram feitos em Atenas, no exército ou alhures, para a ruína do povo ateniense, eu os anulo e rompo os seus laços.

Além disso, se as representações simbólicas adquirem relevância justamente por causa de seu potencial de ‘vacuidade’ e de ‘versatilidade’ enquanto significantes, nada mais apropriado do que as glórias rendidas a Harmódio e Aristogiton, personagens envolvidas nessa ‘neutralidade’ perante as disputas das várias casas aristocráticas pelo poder, mesmo sob a democracia, e também pela grande rivalidade contra os lacedemônios marcada na história ateniense, em especial, por causa da Guerra do Peloponeso. Referentes ‘vazios’ e ‘versáteis’, na medida em que podem ser preenchidos de significado e, porque são preenchidos, seja qual for o propósito de quem os enuncia, funcionam também, em última instância, como eficaz instrumento de mobilização política.

Assim, essas narrativas que formam as identidades dos grupos sociais justificam a realidade das comunidades trabalhando um plano de idealidade a partir de representações discursivas que não necessariamente precisam “ser a ‘pura reflexão’ das relações sociais e das práticas cotidianas para poder desempenhar a função de princípio estruturante da percepção e da interpretação”²⁶. Em Atenas, há muito a tirania já não existia e não obstante ela foi presença marcante no auge de toda a vida política ateniense, e mesmo depois. Outro exemplo dessa ‘versatilidade’, além dos tiranidas, é a idéia de *demos* tirano²⁷.

Se, por um lado, o conceito de *dêmos*, do ponto de vista da ideologia democrática ateniense é algo inclusivo, compreendendo todos os cidadãos, sejam eles ricos ou pobres, por outro lado *dêmos*, do ponto de vista dos oligarcas²⁸, é um conceito exclusivo, compreendendo o conjunto de cidadãos de

²⁶ SCHNEIDER, 2004, p. 102.

²⁷ Nas considerações que ora seguem me baseio em KATHRYN A. MORGAN (ed.), *Popular tyranny. Sovereignty and its discontents in ancient Greece*, Texas, University of Texas Press, 2003 e, especialmente, em KURT RAAFLAUB, *Stick and Glue: The Function of Tyranny in Fifth Century Athenian Democracy*, in MORGAN, *Popular...*, p. 59-93.

²⁸ JOSÉ FRANCISCO DE MOURA (*Imagens de Esparta: Xenofonte e a ideologia oligárquica*, Rio de Janeiro, Laboratório de História Antiga, 2000) observa uma diferença no uso dos termos *aristocracia* e *oligarquia*. Aristocracia tende mais a uma nobreza de sangue, enquanto oligarquia se caracterizaria por um modo de vida estilizado em relação ao restante da população,

baixa condição. Dentro da primeira perspectiva, a inclusiva, a tirania pode ser entendida como algo positivo. Isto porque, paradoxalmente, o *dêmos* reivindica e assume o maior privilégio pertencente ao tirano do ponto de vista de sua imagem estereotipada: estar acima da lei, sendo o caso mais exemplar a sujeição dos membros da Liga de Delos por parte do império ateniense.

A segunda perspectiva parte da dicotomia elite / *dêmos*, na qual o *dêmos* pode ser pensado tanto no sentido de escravização da elite por parte do *dêmos* — aspecto esse fortemente marcado nos textos de Xenofonte, por exemplo —, quanto no sentido inverso, isto é, no submetimento do *dêmos* por parte da elite. Não se alinhar com o conceito inclusivo do *dêmos* é representar ameaça em potencial à liberdade dos cidadãos, daí a associação da oligarquia com a tirania. Desse ponto de vista, isto é, da relação democracia = liberdade e oligarquia = tirania, qualquer atentado contra a democracia seria o mesmo que extrair a liberdade conquistada pelos atenienses com a expulsão dos tiranos.

A ameaça em potencial acabou por se efetivar por um breve período de tempo quando da guerra com Esparta (431-404 a.C.). Nesse momento, com o fim da Guerra do Peloponeso e com a derrota de Atenas, em 404 a.C., houve um vislumbre da possibilidade de instauração do ‘modelo espartano’ em Atenas. A oligarquia, apoiada por Esparta, tomou o poder, constituindo o que ficou conhecido como a ‘Tirania dos Trinta’, por ser formada por trinta oligarcas. Neste governo, a Liga de Delos foi dissolvida e o restante da frota ateniense foi entregue a Esparta. Teve breve duração, sendo a democracia restabelecida em 403 a.C.

Dessa forma, a tirania era uma referência negativa, mas a situação na prática (leia-se nas relações sociais e políticas cotidianas) destoava da forma como ela se colocava no âmbito das representações, pois grupos variados se apropriavam dela retoricamente na defesa de seus interesses.

As identidades não são, portanto, estáticas. Elas fazem sentido de acordo com as necessidades e objetivos dos grupos que com elas se alinham ou que delas se apropriam criando outras acepções. Assim, o significado da identidade de um grupo ou sociedade depende, então, dos usos que são feitos das narrativas oficiais ou predominantes que carregam essa ‘identidade ideal’ e dos conflitos e negociações em torno dos interesses dos envolvidos — o que talvez poderíamos chamar de fronteiras identitárias.

Tentei, neste artigo, abordar o problema tendo em vista a história dos tiranicidas no processo de construção de uma identidade democrática em Atenas e nos usos que os atenienses faziam dessa identidade política.

sem uma relação tão estreita com essa tradição de sangue, na qual o fator econômico teria um peso maior.

TITLE. *The tyrannicides' role in the making of the democratic identity in Athens*

ABSTRACT. This article aims to explore the issues related to the making of political identities focusing on their relationship with the Athenian political life. It is studied the oral tradition about the Athenians tyrannicides recorded in the texts of Herodotus, Thucydides and Aristotle.

KEYWORDS. Politics; identities; oral tradition; tyrannicides; Athens.